

Alfredo Margarido

A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses

FICHA TÉCNICA

© *Edições Universitárias Lusófonas*
Título: *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*
Autor: *Alfredo Margarido*
1.ª edição: *Edições Universitárias Lusófonas, Maio 2000*
Série: *Africanologia*
Capa: *VT Design*
Fotocomposição: *Jacinto Macau*
Impressão e acabamento: *Produção Principal, Lda.*
Depósito Legal: *152397/00*
ISBN: *972-8296-63-0*

Todos os direitos desta edição reservados por
Edições Universitárias Lusófonas, Lda.
Av. do Campo Grande, 376 - 1749-024 LISBOA
Telef.: 217 515 500 • Fax: 217 577 006
E-Mail: edicoes.lusofonas@ulusofona.pt



Edições Universitárias
Lusófonas

A LUSOFONIA E OS LUSÓFONOS: NOVOS MITOS PORTUGUESES

Subtil mas constantemente, sente-se perpassar na atmosfera política nacional um sopro gélido, muito necrofílico, que à força de exaltar o passado, compromete o presente, e mais ainda o futuro. A criação e sobretudo a perenidade da Comissão encarregada de comemorar os descobrimentos, constitui certamente um desses sintomas. O país foi remetido para o século XV-XVI, e só aí encontraria razões para existir. Os séculos subsequentes, e mais particularmente o nosso, não fariam mais do que confirmar a "decadência", que o século XIX instalou com toda a pompa no panteão nacional.

É com um cuidado de cirurgições que os ideólogos desta gesta evitam fazer as perguntas indispensáveis e que foram enunciadas nos anos 30 por Sant'Ana Dionísio: quais as razões que impediram os peninsulares de participar no esforço científico que criou a modernidade em que estamos inseridos? Seja qual for o campo epistemológico, o de Popper ou o de Khun, a verdade é termos falhado as diferentes "revoluções" científicas. É certo que chegaram até nós, mas de rastos e constantemente deformadas pelas intervenções brutais do poder: o político e o religioso.

A nossa modernidade, criada pelas independências africanas, obrigou o país a cortar uma parte substancial dos seus laços com o Atlântico, que foi sempre o oceano das nossas grandes incursões, mesmo se o Índico não pode ser afastado desta reflexão. A verdade, contudo, é que a partir dos anos 60, devido por um lado à guerra colonial, pelo outro à emigração, o país rompeu os laços que o tinham mantido unido ao Atlântico, e mais particularmente ao Atlântico sul. A guerra colonial há-de ser vista no futuro como a grande tragédia nacional, que o regime ditatorial soube criar com o seu nacionalismo racista, naturalmente arcaico.

A invenção da lusofonia procura com algum desespero devolver-nos uma parte desse espaço. Decidi analisar com a cruza — que não é crueldade — necessária, alguns mecanísmos internos dessas operações. A maior parte dos missionários da lusofonia agem como se não tivéssemos atrás de nós uma longa história de relações polémicas com aqueles que escolheram falar português. Ora, convém medir com o rigor indispensável, utilizando os instrumentos mais sofisticados, a soma de fobias provocadas por uma história que não pode evitar as marcas da violência exercida sobre os Outros.

Não faltará certamente quem me acuse de falta de “patriotismo”. Algumas dessas acusações confundem patriotismo e patrioteirismo, embora não seja esse o aspecto mais preocupante da questão. Basta considerar com atenção o percurso dos acordos ortográficos, para encontrar a mesma inquietação, a republicana de ontem ou até de anteontem, a fascista e agora democrática: assegurar o controlo da língua, obrigar os demais locutores a aceitar as regras portuguesas. A língua nasceu em Portugal e per-

tence aos portugueses. Não se consegue aceitar o princípio simples de que a língua pertence aqueles que a falam!

Ouve-se actualmente um lamento, que denuncia a expansão da língua portuguesa do Brasil, que cada vez mais locutores designam como sendo a língua brasileira. Esta operação desespera os linguistas portugueses, mas pode prever-se que um dia próximo seremos ultrapassados pelo brasileiro, entre o mais por uma razão fonética: o brasileiro com as suas vogais abertas, a sua lentidão, a sua capacidade erótica, atrai mais auditores do que o português, cada vez mais “cerrado e ligeiro”. Quer dizer, cheio de consoantes e sempre falado com uma rapidez que repugna aos brasileiros e a não poucos africanos.

Sejamos por isso o mais realista possível, rejeitando a auto-complacência, ou os paternalismos, que não são mais que formas de colonialismo atrasado. Aceitemos a leitura crítica do passado, o que será sempre ocasião para impedir que alguns dos nossos melhores vícios se transformem em virtudes. O exemplo mais característico reside no delírio das “descobertas”, como se os Outros só tivessem existido por obra e graça da nossa intervenção marítima ou terrestre. É tarde para recomendar uma língua mais consentânea com a verdade científica e humana, mas devíamos pôr termo a tais operações, tanto mais que nenhuma autoridade portuguesa pediu perdão aos africanos pela nossa participação no tráfico negroiro. Tal como nenhuma autoridade pediu perdão aos Índios americanos pela destruição dos homens e das suas estruturas sociais no que é hoje o Brasil.

Eis a razão desta escrita: procurar proceder ao inventário das feridas e das cicatrizes, tanto mais que os corpos mantêm, como é sabido, memória das violências que lhes foram

infiligradas. Aprendemos, graças ao síndrome de Estocolmo, que os antigos torturados conservam durante toda a vida estigmas das violências, físicas ou psíquicas, que lhes foram infligidas. Assim acontece também com os povos, que não podem deixar de se dar conta das marcas das agressões. Há séculos que os portugueses se sentem agredidos pela "ocupação" dos Filipinos. Mas queremos, em contra-partida, que os Outros se esqueçam da nossa "ocupação", tal como pretendemos limpar o passado, eliminando agressões e violências! Santa ingenuidade a nossa, que ao acreditarmos na história, recusamos a memória dos "vencidos".

Não há, no texto que não passa neste momento de um embrião de reflexão mais ampla, o menor traço de amargura. Não posso contudo ignorar que este inventário das torpezas nacionais me preocupa há já vários anos, e mais particularmente a partir do momento em que, nas antigas colónias, pude ver em acção a nossa especial maneira de "civilizar". Já em outros momentos e em outros lugares fui contando alguns aspectos dessa dura experiência, tal como pude contabilizar as violências que me foram infligidas pelas falsas vestais do templo colonial. Embrionário embora, o texto não procura seguir a via de Boxer ou de Bender, de Buarque de Holanda ou de Mário de Andrade. Basta-lhe ser uma reflexão inquieta, indispensável neste período em que não poucos antigos carrascos se apresentam como defensores da democracia e da liberdade!

O nosso século XIX foi obrigado a proceder a um inventário difícil, no que se refere a algumas colónias africanas. Não falaram aqueles que se propunham vender algumas, operações que não chocavam ninguém: Napoleão vendera a Luisiana aos americanos, e depois os russos venderam o

Alaska aos mesmos americanos, tendo os espanhóis vendido as Filipinas. Não havia por isso razão para escândalos: não foi de resto Oliveira Martins que provou o carácter pouco humano das populações africanas, a quem não valia a pena ensinar fosse o que fosse?

Um dos amigos e companheiros de Oliveira Martins, o romancista Eça de Queiroz, também participou nessa polémica. Replicando a uma crítica de Pinheiro Chagas, o famoso "Brigadeiro Chagas" – que não se limitou a esta agressão- Eça de Queiroz evocou com fórmulas abruptas mas irrecusáveis, o mito da dominação portuguesa sobre as antigas colónias: "Mas agora vejo com evidência que Portugal não necessita uma forte cultura intelectual, nem educação científica, nem elevação de gosto; não precisa ter escolas, nem mesmo saber ler: esses esforços são para a França, a Inglaterra, a Alemanha, países não privilegiados; Portugal, esse, tem tudo garantido, a sua grandeza, a sua prosperidade, a sua independência, a sua riqueza, a sua força – desde que, como você, afigure com a autoridade do seu saber, há nos mares do oriente uma ilha onde, debaixo de um coqueiro, à beira de um arroio, estão quatro indígenas, de carapinha branca e tanga suja, ocupados de cócoras a respeitar Portugal".¹

O texto de Eça de Queiroz foi redigido em Bristol, há pouco mais de um século (a 14 de Dezembro de 1880), mas devia continuar a funcionar, quer dizer não só a ser lido, mas sobretudo a fornecer ou a impor uma base reflexiva: o manifesto delirio dos historiadores da expansão portuguesa que continua a afirmar que a dominação

¹ Eça de Queiroz, *Notas contemporâneas*, in *Obras completas de ...*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1981, vol. XV.

portuguesa dura há cinco séculos, devia ser corrigido com algumas referências a este texto, que continua a dizer verdade terríveis, embora comecemos enfim, sob a pressão da Europa e da modernidade, a reduzir o número dos nossos alfabetos, depois de termos passado alguns séculos a impedir a alfabetização de continentes inteiros.

O que não podemos é esquecer que este conceito entra em choque com o conceito mítico anterior, o da "portugalidade", que nos mantivera unidos aos espanhóis durante quase oito séculos. Apoiando-se também em Oliveira Martins, António José Saraiva sublinhava ainda há pouco que a portugalidade se opõe à hispanidade, embora este conceito inclua marginalmente uma oposição à Europa. Para António José Saraiva, nesse aspecto fiel discípulo de Oliveira Martins, "Portugal etimologicamente é relativo à Espanha; como a parte é relativa ao todo", embora não se possa deduzir uma forma de dominação, mas sim de complementaridade, porque "sem Portugal não há Espanha". Estas observações teóricas complementam-se no plano linguístico, dado que o português e o castelhano "nasceram como dois dialectos da mesma língua"².

² António José Saraiva, "Portugalidade", Via Latina, órgão da Associação Académica de Coimbra, s. d. A relação com a Espanha foi sempre, no discurso de Saraiva, uma das chaves míticas, quando não místicas, da própria nacionalidade portuguesa, não se esquecendo de pôr em evidência a violência irremediável do contraste: "há no génio português o quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano". Mau grado essa situação, salienta ainda Saraiva que, saldos da insurreição contra o mundo, "continuaram (Portugal e Espanha), essa fraternidade na expansão ultramarina quer na América quer na Ásia". Esta visão da geografia histórica portuguesa tornou-se muito corrente entre os oficiais superiores das Forças Armadas que foram auditores do Prof. Jorge Borges de Macedo, que tanto sublinhou o facto de Portugal estar submetido a um "centro estratégico" organizado pelos ditos Estados Unidos. Podem encontrar-se os suportes principais desta ameaça nas obras nas quais o capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho banaliza as ideias centrais

Creio que Saraiva era demasiado optimista, ou que não conhecia muito bem a literatura espanhola. A leitura de um romance de Pio Baroja, o basco que acabou por se submeter à hegemonia do castelhano, havia talvez de o alertar: Baroja considera que o fado é elegíaco, expressão de um povo que só pode comparar-se com "el pueblo judío". E conclui, é certo que pela voz de uma personagem, técnica que fornece a heteronomia dos romancistas: "La outra noite, paseando por la plaza, me decía con cierta pena: 'En Portugal não habrá nunca anarquistas. Este es un pueblo blando e indolente. En España hay más viveza, más fibra' añadía él. Y es verdad. Son tipos lánguidos que parecen criollos, sin la exasperación de los americanos. Es una gente de sangre gorda, que no tiene nada dentro"³.

A criação da lusofonia parece destinada a interromper o diálogo polémico com os espanhóis, mesmo se esta invenção procura evitar os choques: a lusofonia é apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta

da (pré-)visão de Jorge Borges de Macedo. Mas sobretudo, importa salientar que o projecto português não está em condições de se furtar ao peso castelhano, que teria sido a única força verdadeiramente decisiva nas nossas relações conosco e com o mundo. É evidente que, se acellarmos esta visão que nos faz depender de Espanha, não poderemos organizar nenhuma lusofonia e ainda menos um espaço lusófono. Por outro lado, os brasileiros consideram que a colonização portuguesa se revelou sempre inferior a outras colonizações europeias, sobretudo a espanhola e a holandesa. Sérgio Buarque de Holanda, nas suas Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, põe em evidência o que deveria ser considerado a superioridade generosa da colonização espanhola. De resto, são legião os brasileiros que, sobretudo no nordeste, lamentam não ter sido colonizados pelos holandeses, o que fez do conde Maurício de Nassau uma das figuras míticas desse Nordeste centrado em torno de Pernambuco.

³ Pio Baroja, *La Dama Errante*, Paris, Nelson Editores, 1952, pp. 275-276. A primeira edição data de 1908. Permite-se-me que acrescente o desejo de que alguém - um canquase, das referências a Portugal na literatura espanhola, mesmo se esta nos considera pouco. Quando os portugueses não são invisíveis ou transparentes, como o famoso licenciado de Cervantes, como são eles descritos, julgados, analisados, maltratados?

operação teria espalhado generosamente pelo mundo fora. Ou seja, seria menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo. Nesse aspecto, a portugalidade opõe-se certamente à lusofonia: a primeira é o resultado de uma oposição constante aos espanhóis – entendendo-se por esta expressão todas as nacionalidades colocadas sob a dependência do governo central dominado pelos castelhanos – ao passo que a lusofonia seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua.

A criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar ao portugueses inquietos um futuro senão promissor, em todo o caso razões e desrazões para defender a lusofonia.

A independência das nações africanas, obrigou os teóricos da colonização portuguesa a modificar de maneira substancial o seu vocabulário. Tal se verificara já no caso francês, que já nos anos 1962 começou a banalizar a noção de “francofonia”⁴. Respeitando um velho movimento de submissão cultural, não puderam os portugueses furtar-se ao modelo tradicional, tendo criado, após 1974, a lusofonia.

Uma parte deste esforço teórico baseia-se na língua: a utilização do português seria a prova da existência de uma “comunidade lusófona”. Outros, mais argutos, sublinham a

⁴ A francofonia apareceu pela primeira vez em francês, em 1887, na escrita teórica do geógrafo Onésime Reclus, mas não no sentido que lhe é hoje dado. Reclus propunha uma classificação dos grupos humanos com base nas línguas faladas. Tratava-se, neste caso, de uma operação destinada a classificar as raças humanas. Não é este o sentido actual, que visa manter o espírito colonial, salientando a importância do cimento linguístico. V. Xavier Deniau, *La Francophonie*, Paris, PUF, 1983, assim como Jean-Pierre Péroncel – Hugoz, “Les Vingt cinq ans de francophonie”, *Le Monde*, 16 de Março de 1995.

importância do “espaço lusófono”. Dependendo embora da língua, seria também, quando não sobretudo, a consequência de uma “história comum”, mesmo se esta foi frequentemente maculada pela violência do “facto colonial”.

Não foi necessário criar entre nós, como fazem os teóricos europeus, na maior parte maus conhecedores das teses do conde de Gobineau, a necessidade de mestiçagem: essa fora introduzida na vida cultural e política portuguesa pelas teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Deve contudo registar-se a banalização de fórmulas “revolucionárias”, como aquela que, num grande jornal diário, anunciava sermos “todos mulatos”⁵.

Ora o modelo social e económico dos dias de hoje depende da própria evolução de economia-mundo, tal como Emmanuel Wallerstein, na esteira de Karl Marx e de André Gunder Frank, com uma pitada de Fernand Braudel, a definiu.

A primeira grande potência que conseguiu alcançar alguns dos objectivos do capitalismo, foram os Estados Unidos, que a partir já de 1815, impõem algumas regras ao mundo capitalista que se formara sobretudo a partir da expansão começada no século XIV.

Esse modelo assenta na existência de grandes espaços económicos, onde a produção e a circulação das mercadorias não é controlada por uma miríade de autoridades estatais. A livre circulação das mercadorias constitui um elemento fundamental na organização deste sistema, que pouco a pouco pretende transformar o mundo num falso “império”.

⁵ Título publicado pelo Público (suplemento “pop Rock”, 14 de Junho de 1995, p.4). Trata-se de uma integração na moda da mestiçagem, mas o autor, Luís Maio, desco-nhece a carga pejorativa que sempre esteve associada aos mulatos e ao mulatismo.

O choque actual regista-se entre os defensores de um projecto de carácter amplo, embora regional, e aqueles que defendem as qualidades das pequenas nações, que já eram caras a Aristóteles e a Montesquieu. E que também não foram rejeitadas pelos socialistas utópicos, como Charles Fourier, nem pelos combatentes da Comuna de Paris, ou das diferentes comunas francesas desses anos 1871.

O internacionalismo tem sido confundido com o cosmopolitismo, sendo o primeiro a consequência da união necessária dos trabalhadores, como a encaram já os revolucionários franceses em 1791, ao passo que a segunda depende da vagabundagem artístico-literário da burguesia enriquecida. O internacionalismo assenta no reconhecimento do trabalho, como se pretende entre Saint-Simon e Karl Marx, ao passo que o cosmopolitismo depende das rendas que a burguesia pode conseguir graças aos capitais acumulados.

Nos dias de hoje multiplicam-se as zonas de livre circulação dos homens e das mercadorias, quer seja na Europa, quer seja nas Américas do Norte e do Sul. O objectivo é sempre o mesmo: procurar organizar as condições que permitam que estas unidades possam enfrentar ou imitar os Estados Unidos. Tal fora já o sonho de José Estaline quando organizou o primeiro plano quinquenal. A hegemonia do capitalismo americano impõe as suas regras, e a Europa dos dias de hoje, cada vez mais dirigida pela burocracia de Bruxelas, procura dar ao capitalismo europeu (mas haverá realmente capitalismo europeu?), a força capaz de lhe assegurar alguma autonomia.

Nessas condições verifica-se que o proteccionismo continua a ser uma arma decisiva, mesmo se ela deixou de

pertencer aos governos nacionais, para se transformar em arma da burocracia bruxelense. O resultado não podia deixar de ser o que é: os particularismos nacionais são denunciados, considerados como uma agressão ao espírito "europeu", que todavia ninguém fora do simples plano da economia — está em condições de definir.

Pode, dados estes preliminares, encerrar-se a possibilidade de organizar outros espaços, como a francofonia, a lusofonia e a hispanofonia, cujas características não podem deixar de contrariar a "preferência europeia"? É evidente que não: as condições em que se constrói a Europa impedem a afirmação dos particularismos nacionais ou culturais. De resto, os tratados que, sob pressão da Europa do norte, condicionam a circulação das pessoas e dos bens, são organizados como máquinas destinadas a impedir o acesso dos Outros à Europa.

Não basta ser "lusófono", nem "francófono", nem "hispanófono" para ter o direito de aceder à Europa do capitalismo burocratizado. Só uma leitura mítica pode ainda pretender construir um "espaço lusófono" quando as regras europeias não prevêem que baste falar português para se poder circular livremente. O mesmo de resto se verifica no que se refere ao francês e ao espanhol. Parece-me por isso conveniente, quando não indispensável, proceder à revisão de alguns conceitos e de alguns acontecimentos históricos, para recusar tanto o mito como a mística da lusofonia.